

# RAÍZES DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Roberto S. C. Moreira\*

*RESUMO: Diante dos impasses e perplexidades do Brasil de hoje, parece recomendável e útil uma volta aos nossos clássicos, tão pouco frequentados. Evidenciar isto é a primeira intenção deste artigo, utilizando, como exemplos, obras de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Em um segundo momento explora-se também a complementariedade das perspectivas desses autores.*

No momento em que a ordem internacional dominante, envolvida em dificuldades e impossibilitada de cumprir as promessas de bem estar, cria discursos legitimadores de seus novos interesses (fim das ideologias, neo-liberalismo), é de todo conveniente que nós, que já fomos sucessivamente povo mestiço sem futuro, jovem nação independente, país subdesenvolvido do terceiro mundo, economia dependente, país em desenvolvimento, voltemos a pensar com insistência sobre nosso futuro e viabilidade.

O sucesso das três décadas (1945-1975) de bom funcionamento do sistema capitalista, sustentado pelo estado industrial-militar alimentado pela Guerra Fria, refletiu sobre nós com as promessas geradas pelo processo de industrialização, cuja euforia desenvolvimentista acenava com a modernização enfim no horizonte. Os impasses e as dificuldades em que se enredam as economias centrais a partir do final da década de 70, somados às transformações subseqüentes ao fim dos regimes socialistas, ganham a denominação geral de crise da modernidade, traduzida por expressões de desesperança. Sensação de falta de horizonte que repercute aqui, também em forma de desilusão, agravada pelas consequências trágicas da pauperização de setores cada vez maiores da população, acompanhada de todas as suas correlações, como fome, doença, violência urbana e rural, problemas crescentes de educação, saúde, saneamento, transporte, etc.

Nesta conjuntura, somos induzidos a comprar o discurso da nova ordem, preenchendo o vazio do cenário político nacional, atarantado entre a corrupção e a imoralidade, perplexo diante da falta de horizontes, imobilizado pela descrença nos

---

\* Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Este artigo é uma versão modificada de parte de um capítulo da tese de doutorado *Identidade e Pensamento Social no Brasil*. Agradeço os comentários e sugestões de Marcel Bursztyn.

valores que deveriam suportar as instituições e a ação individual. Nesse sentido, para nossas elites acadêmicas, embaçadas com os pós-modernismos e outros ismos, no eterno mimetismo da última moda intelectual (afinal, estar atualizado é penhor de status e reconhecimento), voltar aos nossos clássicos, tão pouco frequentados, pode ser recomendável e útil.

O objetivo deste ensaio é exatamente chamar a atenção para a fecundidade dessa volta, tomando como exemplo as já antigas análises de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior e, avançando uma hipótese, explorar a complementariedade das perspectivas desses dois autores. Este tema é objeto legítimo da sociologia da cultura, entendida como instrumento capaz de nos ajudar a refletir sobre nós mesmos, na vertente que aproxima este campo sociológico daquele usualmente denominado sociologia do pensamento social.

Quando nos debatemos hoje no Brasil com algumas questões tais como a cidadania incompleta, a precariedade das instituições políticas, a ausência de normas racionais e universais que regulem a vida social, o espantoso processo de exclusão social em todos os seus sentidos, a imperfeita realização dos valores da democracia, as múltiplas e perversas manifestações de dominação e violência, podemos identificar nesses problemas as ressonâncias ou sobrevivências de um passado que permanece nos sintomas de hoje. Questões que podem ser reunidas e tratadas sob a rubrica genérica de problemas da modernidade na periferia.

A modernidade ocidental sempre foi o permanente objeto de desejo do pensamento brasileiro que se debruça sobre as nossas glórias e mazelas, ora para lamentar nosso atraso e admirar o mundo dito civilizado, ora para vislumbrar nesse atraso as potencialidades que ele esconderia para a realização de um grande futuro; ora pessimista e colonizado, decretando nossa impotência e impossibilidade de civilização, ora triunfante e ufanista, apregoando a chegada do país ao seu grande destino. É sempre um presente visto sob a ótica dessa tensão entre um passado desprezado ou supervalorizado e um futuro duvidoso ou glorioso. Avaliações que se fazem na escala estabelecida pela polarização entre tradição e modernidade. Uma dicotomia cujo quadro histórico, adequado e necessário à análise, é exatamente o do nascimento do Ocidente moderno, momento que é também o do nosso nascimento como país. Nossa constante e permanente referência ao estrangeiro (leia-se Europa e Estados Unidos, metrópole ontem, primeiro mundo, hoje), fruto da nossa origem colonial e dos problemas dela decorrentes, adquire outra dimensão, quando somos contrastados com a modernidade ocidental agora em crise.

#### A ERA DOS RETRATOS DO BRASIL

Escrevendo sobre a idéia de Brasil moderno, Octavio Ianni diz que em 1822 o Brasil não conseguiu entrar no ritmo da história, tentou novamente em 1888-89, e fez outra tentativa fundamental em 1930. (IANNI, 1992). Foi exatamente aqui - no momento das mudanças que se aglutinam em torno de 1930 - que diversos autores

se dedicaram a buscar no passado elementos para compreensão do presente brasileiro, destacando-se naturalmente Gilberto Freyre, com **Casa Grande e Senzala**, Sérgio Buarque de Holanda, com **Raízes do Brasil**, e Caio Prado Júnior, com **Formação do Brasil Contemporâneo**. Na época, foi grande o impacto intelectual desses livros sobre "os moços de entre 1933 e 1942", como lembra Antônio Cândido em conhecida passagem. (CÂNDIDO, 1969:XIII). Hoje, são os nossos clássicos.

Situando o contexto em que surgiram estas obras fundamentais do pensamento brasileiro pode-se lembrar que, no plano mundial, a Primeira Guerra, a Revolução Russa de 1917 e, um pouco mais tarde, o colapso de 1929 foram os sinais inequívocos do fim de uma era. No final do século passado, a vitória do capital e das idéias liberais se consolidava pela mão forte dos impérios que dividiam o mundo. As profundas mudanças que a industrialização e o progresso técnico imprimiram no ritmo de vida do mundo do século XIX estavam acompanhadas de um sentimento de esperança e certeza quanto ao futuro. Pelo menos para a burguesia bem sucedida da Europa desenvolvida, que via assegurado o triunfo de seu projeto iniciado em 1789. Nem mesmo as ameaças revolucionárias que se acumulam e acabam explodindo na "primavera dos povos", em 1848, com reflexos até na insurreição pernambucana deste ano, derrubaram aquela segurança. Até 1914, somente nos círculos socialistas fala-se na derrubada do sistema. A burguesia, apesar de ciente do "perigo socialista", não se sente ameaçada e acredita que as contradições internas e as crises do capitalismo são perfeitamente superáveis.

Mas agora o século XX começava e o mundo era outro. Sem dúvida, os avanços tecnológicos são ainda muito mais surpreendentes que no século anterior, mas a crença num progresso contínuo não se sustenta mais. O sentimento de segurança foi substituído pelo medo e pela incerteza. O indivíduo, que no século XVIII se afirmara contra a tirania do soberano, tornando-se o cidadão do século XIX, agora submerge diante do predomínio de instituições cada vez mais onipresentes ou se dissolve nas grandes massas anônimas. Socialismo, fascismo e nacionalismo são os movimentos que dominam o horizonte. Rompe-se a suposta harmonia do passado, que explode nos conflitos nacionais, no autoritarismo estatal, no racismo, na radicalização das posições políticas entre indivíduos, classes, estados.

Para o Brasil o ano de 1922 foi particularmente especial, pelo menos no plano simbólico. É o centenário da Independência e a República, então com 33 anos, assistia a alguns acontecimentos marcantes, que não custa repetir: a Semana de Arte Moderna, o Movimento Tenentista, a fundação do Partido Comunista Brasileiro. São fatos emblemáticos, que sinalizam que o clima de efervescência política, social e cultural atingia também esta parte do mundo.

Às mudanças na estrutura social decorrentes do período anterior, a partir e principalmente da Abolição, somam-se agora outras, provenientes tanto da rearticulação de forças no quadro do capitalismo internacional, quanto das alterações internas provocadas pela ordem institucional republicana. Na Primeira República, o país, mais uma vez, buscara adequar sua estrutura interna às demandas

da ordem econômica internacional. A economia, ainda essencialmente agrária e exportadora, mantinha os vínculos da dependência econômica externa. A fim de assegurar o bom atendimento destas demandas tornava-se necessário garantir internamente a manutenção do poder político. O que é obtido pela chamada "política dos governadores", um pacto entre o poder central e as oligarquias, que assegurava a estas o absoluto domínio de cada estado em troca do apoio incondicional à política do governo federal.

Porém, a sociedade vai se tornando mais complexa, com o surgimento de novas camadas sociais, principalmente por uma nascente industrialização, que traz à cena um proletariado urbano e as classes médias e pela introdução de relações de trabalho capitalistas no campo. O censo de 1920 registra uma população de 30 milhões de habitantes. Passa a existir um mercado interno de relativa importância, o suficiente para ser disputado pelos novos capitais internacionais, isto é, os investimentos norte-americanos que vêm substituir os ingleses. Estas alterações econômicas geram novas perspectivas que já não encontravam correspondência na política das oligarquias. Como o sistema inteiro era dependente da ordem econômica internacional, a crise de 1929 atinge profundamente a estrutura já frágil e enseja o movimento que acabaria por alterar todo o panorama histórico da República, a revolução de 1930.

Todas estas transformações refletem-se na vida cultural e intelectual do país, que passa por uma fase de intensa criatividade e renovação. Antônio Cândido observa que o movimento revolucionário de 1930 não foi nem o começo nem a causa, mas certamente é um marco histórico, por ter sido o eixo catalisador em torno do qual girou a cultura brasileira daquele momento. Numa sociedade que guardava, como ainda hoje, profundas disparidades sociais e econômicas, não se pode falar que houve um processo de democratização da cultura, mas Antônio Cândido aceita que naquele momento "houve alargamento de participação dentro do âmbito existente". (CÂNDIDO, 1987). O que ocorreu em diversos setores: na instrução pública, na vida artística, nos estudos históricos e sociais, nos meios de difusão cultural como o livro e o rádio. Tudo decorrente de uma relação nova entre intelectuais e artistas e a sociedade e o Estado, devida às novas condições econômico-sociais, na qual aqueles demonstram uma surpreendente e até então inexistente disposição para o engajamento político, religioso e social. A vitalidade da vida intelectual e artística deste momento da história brasileira e as profundas e complexas relações que então se estabeleceram entre a esfera cultural e a política foram de tal ordem que têm merecido inúmeras e conhecidas análises.

No que diz respeito especificamente às ciências sociais, as transformações em curso na sociedade brasileira provocaram compreensível impacto, suficiente para demarcar uma nova etapa. Para Florestan Fernandes, a época "se caracteriza pelo uso do pensamento racional como forma de consciência e de explicação das condições histórico-sociais de existência da sociedade brasileira". (FERNANDES, 1977:27). Este, como se sabe, é o momento da institucionalização do ensino e da pesquisa de ciências sociais no Brasil, marcado principalmente pela adoção de

padrões científicos de trabalho, pela constituição de um campo profissional, pela criação de instituições.

Talvez o melhor exemplo da efervescência do momento seja o Modernismo. Os artistas que participaram do movimento manifestaram-se a propósito de nosso tema - as interpretações do Brasil - não apenas em suas criações estéticas, mas também sob a forma de ensaios. Além disto, há uma notória ligação entre o Modernismo e alguns dos mais destacados representantes do pensamento social brasileiro da época. Mas, acima de tudo, impõe-se a menção ao movimento pelo que ele representou em termos de gerador de imagens do Brasil, isto é, pela influência que exerceu e ainda exerce no plano simbólico. Algo equivalente ao papel do Romantismo no século passado.

Eduardo Jardim de Moraes (1978) aproxima modernistas tão diferentes, nas posições políticas, como Oswald de Andrade e Plínio Salgado, unidos pela visão sintética, intuitiva, da realidade nacional, sob influência, ainda que negada, de Graça Aranha. De outro lado, na tradição investigativa iniciada por Sílvio Romero, ficaria a visão analítica, erudita, de Mário de Andrade, defendendo o levantamento do patrimônio cultural brasileiro como via de se chegar à brasilidade. De maneira geral, pode-se dizer que o debate modernista é fundamental para a questão da imitação e da adoção de idéias estrangeiras, um dos permanentes temas do pensamento brasileiro. Não há como negar, no modernismo brasileiro, a presença das vanguardas européias do pós-guerra, o que foi apontado já por críticos da época, como João Ribeiro e Alceu Amoroso Lima. (MORAES, 1978:99-100). Contudo, ao contrário do que ocorria antes, no naturalismo do fim do século XIX, quando a fidelidade às teorias científicas se sobrepunha à realidade do país, conduzindo a uma visão negativa, agora a absorção das correntes de pensamento européias se faz através de um filtro crítico, levando à valorização do nacional. Ser universal e moderno é ser nacional e brasileiro. A simples imitação é substituída pela paródia. Alguns textos de Mário de Andrade, como o *Prefácio Interessantíssimo* (1921) e *A Escrava que não é Isaura* (1924-25), e sobretudo os dois manifestos de Oswald de Andrade, o *Manifesto da Poesia Pau Brasil* (1924) e o *Manifesto Antropófago* (1928), são bons exemplos desta posição.

Quanto à diversidade interna, outro eixo permanente das interpretações do Brasil, agora a questão gira menos em torno do problema racial, como antes, do que a propósito das diferenças regionais. Se, num primeiro momento, um certo regionalismo é repudiado pelos modernistas, por dar idéia de atraso, em seguida os valores regionais são reabilitados como outra forma de se chegar ao nacional. Ser brasileiro é também ser regional e ser regional pode ser moderno e universal. O exemplo principal aqui é naturalmente o movimento regionalista do Nordeste, liderado por Gilberto Freyre, cujo *Manifesto Regionalista*, supostamente de 1926, teria sido na realidade escrito em 1952. (TELES, 1987:279).

A idéia do intelectual como proponente dos caminhos de construção do país está presente nestas dissensões internas do Modernismo, como está também em outras divergências. Por exemplo, naquela que separa Mário de Andrade e Oswald de Andrade quanto ao modo de apreender o Brasil: "o lado doutor", erudito, versus

a intuição e "a prática culta da vida". Com o tempo, a missão auto-atribuída dos intelectuais ultrapassaria o trabalho intelectual e a criação artística, para se "concretizar na ação política de transformação da sociedade", levando os modernistas ao engajamento em posições antagônicas e radicais, como era próprio do momento. Plínio Salgado funda a Ação Integralista, Oswald de Andrade filia-se ao Partido Comunista. (MORAES, 1978:168).

Assim, também como símbolo, mais do que por outro motivo, 1928 poderia ser considerado o início da era dos retratos do Brasil. É o ano em que Mário de Andrade publica *Macunaíma*, "herói de nossa gente", sem nenhum caráter. Um clássico, revolucionário e consagrado. Também neste ano Paulo Prado publica o seu *Retrato do Brasil*.<sup>1</sup> Porém, a era dos retratos é marcada pelos três nomes já mencionados: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Sua importância na história do pensamento brasileiro nunca foi objeto de controvérsia e a contribuição que deram à interpretação do Brasil é inquestionável.

Porém, décadas depois e até há pouco tempo, foi de bom alvitre desprezar essas interpretações, tachando-as sumariamente de ensaísticas e ideológicas, o que equivalia a pecado grave aos olhos de novas gerações de intelectuais, confiantes na imediata transformação da realidade ou ciosos de sua própria superioridade científica. O alvo principal e exemplar deste tipo de crítica foi naturalmente Gilberto Freyre e toda a apropriação de sua obra para a construção da idéia de Brasil como democracia racial. Porém, ainda que tivessem muito de acertado, essas críticas trouxeram o prejuízo de induzir a um desprezo generalizado por toda a obra dos intérpretes clássicos do Brasil.

Ainda assim, é comum entender as obras iniciais desses autores como os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado. Contudo, parece ter razão Renato Ortiz, quando retifica esta colocação, matizando a localização dos três autores na história do pensamento brasileiro. Para Ortiz, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior significam uma ruptura, estão na origem de uma nova linhagem, baseada no espaço acadêmico, então nascente; Gilberto Freyre, ao contrário, é a continuidade da tradição iniciada no século passado, da qual ele representaria o apogeu. (ORTIZ, 1985:40). Gilberto Freyre seria assim o epígono da "geração de 1870" enquanto Caio Prado e Sérgio Buarque são filhos da renovação de 1922, embora apenas o segundo tenha ligações com o movimento modernista.<sup>2</sup>

## RAÍZES DO BRASIL

É comum observar que *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, ocupa uma posição isolada na carreira de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), ficando entre seu período de jornalista e crítico literário e a fase propriamente de historiador. (LEITE, 1976:286; AVELINO FILHO, 1987:33).

O livro começa por abordar exatamente um daqueles eixos permanentes das interpretações do Brasil: as relações entre a cultura européia e a brasileira.



(HOLANDA, 1963:3). Entre outros autores, o assunto já aparece, por exemplo, desde José de Alencar e Machado de Assis (nacionalismo literário) até Manoel Bomfim (a origem de nossos males), João Ribeiro (a contextualização do descobrimento) ou Alberto Torres (a adoção de idéias estrangeiras). Mas, o tratamento dado por Sérgio Buarque de Holanda parece ser pioneiro, como aponta José Guilherme Merquior. Para este, **Raízes do Brasil** foi o primeiro trabalho "a tematizar a diferença específica da cultura brasileira no contexto do ocidente moderno", porque:

*"Sérgio Buarque de Holanda acentua que o Brasil antigo, dominado por classes senhoriais afeitas ao individualismo narcisístico da sociedade patriarcal, se manteve afastado da ética de trabalho sustentada pela ascese puritana nos países líderes da revolução capitalista." (MERQUIOR, 1972:224).*

A lembrança deste aspecto aponta para aquilo que nos parece ser o que há de mais relevante na interpretação do Brasil elaborada por Sérgio Buarque de Holanda. Na época do lançamento do livro, e mesmo ainda hoje, a figura do "homem cordial" foi o que mais despertou atenção, gerando conhecidas polêmicas. Nisto, deve ser creditado ao livro o duvidoso mérito de contribuir para a cristalização de imagens sobre o Brasil e os brasileiros, dando razão aos críticos recentes de nossos clássicos como ideólogos. Mas, a nosso ver, de modo algum este é o ponto mais importante. A grande contribuição de **Raízes do Brasil** estaria exatamente no tópico acima mencionado.

É certo que Paulo Prado, ao fazer a comparação entre os virtuosos peregrinos ingleses e a dissolução de costumes abaixo do Equador, refere-se à Reforma, aludindo ao nosso distanciamento em relação ao universo cultural por ela engendrado (PRADO, 1944:98). Mas a superficialidade de sua análise passa longe de todas as consequências que Sérgio Buarque de Holanda retira desta observação. O rendimento excepcional da análise de **Raízes do Brasil** nos parece que se explica porque sua interrogação, como em Max Weber, se dirige ao plano da ética, ou dos pressupostos que sustentam a vida social da formação brasileira.

A referência a Weber é proposital, dada a conhecida influência de sua sociologia na formulação de **Raízes do Brasil**. Costuma-se notar isto na utilização, por Sérgio Buarque de Holanda, da distinção weberiana entre patrimonialismo e burocracia. (CÂNDIDO, 1963:x).<sup>3</sup> Mas, quer nos parecer que o principal que Sérgio Buarque de Holanda vai buscar em Max Weber é um modelo analítico que permite a compreensão do papel das superestruturas, no caso as "raízes", da formação brasileira. Isto faz com que aqui cultura seja entendida como teia de significados, como queria Weber, e não apenas como a crônica de costumes da vida nas casas-grandes e senzalas.

Antônio Cândido observa que Sérgio Buarque de Holanda aproveita o critério tipológico de Max Weber, modificando-o, na medida em que focaliza pares e não pluralidades de tipos, sendo alguns desses pares "trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso

afetivo". O primeiro desses pares, diz ainda, é "a tipologia básica do livro, que distingue o trabalhador e o aventureiro, representando duas éticas opostas".(CÂNDIDO, 1969:xiv-xvi).

Poder-se-ia objetar que a deficiência desta interpretação do Brasil reside exatamente em tentar explicá-lo a partir da superestrutura, desconhecendo as condições materiais da vida social. A objeção pode ser afastada recorrendo-se ao próprio capítulo que trata de "trabalho e aventura". Nele, além de outras considerações referentes à esfera econômica, o autor fala sobre a "exploração latifundiária e monocultora"(p.24)<sup>4</sup> e a "produção de índole semicapitalista, orientada sobretudo para o consumo externo"(p.25). Certamente não se trata de uma aprofundada investigação sobre a formação econômica do Brasil, mas o importante é o que se consegue salientar da interação entre as esferas econômica e ideológica.

Sérgio Buarque de Holanda sustenta que não foi uma civilização agrícola a que os portugueses instalaram no Brasil.(p.26). Analisando o caráter rudimentar da agricultura da colônia, ele tenta demonstrar que a prevalência do espírito de aventura sobre o do trabalho, aliada às condições adversas, levaram os colonizadores a uma atitude comodista e retrógrada. A ausência, quase total, das artes e ofícios é examinada como uma das "consequências da escravidão e da hipertrofia da lavoura latifundiária na estrutura de nossa economia colonial" (p.36). Obtém-se assim um esboço de análise da estrutura de classes da colônia, pela ótica do que hoje se chama de mentalidades.

A estrutura social do país é objeto de análise ainda nos capítulos dedicados à "herança rural" e ao papel das cidades no Brasil colônia. Se a civilização não foi agrícola, afirma Sérgio Buarque de Holanda, "foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais"(p.57) e de "fisionomia mercantil"(p.101). Analisando o predomínio do rural sobre o urbano, ele examina qual segmento da economia detém o poder político no período que vai até a Abolição. Mostra a conexão entre várias questões, como a construção da nacionalidade, em mãos das classes latifundiárias, o comércio negreiro, em mãos portuguesas, a transferência de capitais para setores não-agrícolas, os interesses ingleses e assim por diante, no processo que desaguardaria nas mudanças do fim do século XIX.

Outra objeção à interpretação de Sérgio Buarque de Holanda poderia ser a de que, tentando explicar o Brasil do presente pela busca de suas raízes no passado, ele incorreria no mesmo equívoco de outros intérpretes de atribuir ao país características que seriam inarredáveis, porque quase hereditárias. É verdade que em *Raízes do Brasil* se fala de herança portuguesa, mas sem exaltação nem lusofobia; como também se fala de negros e índios, sem preconceito racial ou valorização idealizada. Porém, aqui conhecimento do passado não se prende ao desejo de uma volta à tradição, expressamente negada no texto (p.6), mas vincula-se à solução dos problemas do presente, através da liquidação daquilo que, em nossas raízes, constituiria obstáculo ao desenvolvimento histórico. (CÂNDIDO, 1969:xx-xxi). Esta liquidação do passado teria começado, na opinião de Sérgio Buarque de Holanda, exatamente por aquelas mudanças do fim do século XIX,



Abolição e República, "uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional".(p.163).

A investigação do passado serve assim para iluminar as raízes de inúmeros aspectos da vida brasileira. Por exemplo, o autoritarismo, que aparece em diversas passagens do livro, como naquela que diz que "a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido."(p.153). Ou quando observa a dificuldade de separação entre a esfera pública e a privada (p.135). Ou quando diz que os movimentos aparentemente reformadores no Brasil partiram quase sempre de cima para baixo (p.153). Também quando trata do desprezo pelo trabalho e do apreço pelo saber como prenda e não como instrumento de conhecimento e ação (p.70 e 158) ou quando trata do descompasso entre a realidade e as idéias políticas ou estéticas (p. 74, 150, 155, 161, 179).

Como que abarcando tudo isto, aparece, desde as colocações iniciais do livro, a idéia de *inadequação*, decorrente da origem transplantada de nossa cultura. Somos uma extensão do ocidente, mas não somos europeus; somos algo diferente, mas não tanto que se configure uma originalidade única e fundadora. O que se expressa, por exemplo, no plano político, pelos paradoxos de conviverem autoritarismo e alheamento pela coisa pública, vontade de mandar e disposição para cumprir ordens. Aqui se ajustam mal os modelos de organização social originados na Europa e Estados Unidos. Nossa identidade ocidental se dá pelo capitalismo mercantil, mas também pela cultura da Península Ibérica e da contra-reforma, na estranha convivência do espírito de aventura com o comedimento.(p.14 e 106).

"Somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra." A frase, isolada, ganhou notoriedade. Poucos atentam porém para o parágrafo seguinte:

*"Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa (de implantação da cultura européia), caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e idéias de que somos herdeiros."(p.3)*

Aí está novamente, na palavra "representar", a dimensão em que se coloca a investigação de **Raízes do Brasil**, razão apontada acima do que julgamos ser o bom êxito das análises de Sérgio Buarque de Holanda. A teoria do Brasil nela implícita se passa no plano das representações coletivas, na esfera do simbólico, naquilo que a superestrutura consegue representar da vida vivida. A identidade brasileira em **Raízes do Brasil** não estaria, a nosso ver, na cordialidade atribuída pelo autor, mas nas representações que emergem da realidade social, extraídas pela sua análise. De resto, a irrelevância do "homem cordial" seria colocada, já em 1948, pelo próprio Sérgio Buarque de Holanda, na carta a Cassiano Ricardo em que encerra a polêmica causada pela expressão. Para ele, a cordialidade não seria uma "virtude definitiva e cabal que tenha de prevalecer independentemente das circunstâncias mutáveis de nossa existência", mas estaria associada à "herança rural" que o processo de urbanização ia rapidamente superando.(p.213). Aliás, algumas das características da modernidade, como a crescente racionalização, a alienação no

trabalho, a despersonalização das relações, já estão registradas no próprio capítulo sobre "o homem cordial", onde Sérgio Buarque de Holanda recorre ao exemplo clássico do conflito entre Antígona e Creonte para falar da descontinuidade entre o círculo familiar e o estado, como "triunfo do geral sobre o particular".(p.129).

Ao fim, Sérgio Buarque de Holanda afirma que, "apesar de tudo, não é justo afiançar-se, sem apelo, nossa incompatibilidade absoluta com os ideais democráticos".(p.180). Evidencia-se, com isto, a crença no papel político do intelectual e do conhecimento que ele possa produzir para uma intervenção modificadora da realidade; missão que certamente aparecia com mais intensidade para aqueles que, como Sérgio Buarque de Holanda, viviam um período de radicalizações políticas. Esta intenção política, que sinaliza também um sentimento de esperança, está presente em **Raízes do Brasil**. Mas deve-se lembrar que um ano depois da publicação do livro o país começaria a viver a ditadura do Estado Novo.

## FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O livro de estréia de Caio Prado Júnior (1907-1990), **Evolução Política do Brasil**, publicado em 1933, é definido pelo autor como "um simples ensaio". Realmente trata-se de um estudo sintético sobre o período que vai da colonização ao fim do Império. A importância do livro reside, como se sabe, na utilização pioneira do materialismo histórico, o que é tratado por ele como o emprego de "um método relativamente novo".(PRADO JÚNIOR, 1980:9). O emprego do novo método faz com que, pela primeira vez, a categoria analítica "classe social" seja utilizada na interpretação da formação brasileira. (MOTA, 1977:28). Com isto se obtém um grande avanço na compreensão do processo histórico: tornam-se muito claros a estrutura da sociedade colonial, os fatores que levam à Independência, o significado das revoltas do Primeiro Reinado e os conflitos do Segundo Império.

Em **Evolução Política do Brasil**, Caio Prado Júnior diz que os primeiros anos da colonização foram um ensaio de feudalismo que não vingou.(p.15). Demonstra em seguida que "podemos falar num feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica" em consequência da relação que houve aqui entre a propriedade latifundiária e sua exploração em grande escala através do trabalho escravo e não, como na Europa, onde o feudalismo baseou-se na apropriação de terras já exploradas cujos ocupantes passam a ter laços de dependência com o senhores feudais.(p.18).

A formação brasileira caracterizou-se, portanto, pela grande exploração agrícola, baseada no trabalho escravo, em mãos dos grandes proprietários que detinham todo o poder econômico e político. Proprietários e escravos eram, na prática, as únicas classes. Situação que começa a se alterar na segunda metade do século XVII, com o surgimento de uma burguesia formada por negociantes, quase todos portugueses.(p.36). Com a transferência da corte inicia-se o processo de emancipação política, sob a supremacia dos proprietários rurais. As camadas populares, na época, ainda não estavam politicamente maduras.(p.46). Segue-se que

a Independência é mais um "arranjo político" e a construção do Estado Nacional se faz segundo os interesses daqueles proprietários, que adotam as idéias liberais para viabilizar, através de uma monarquia, a manutenção de suas prerrogativas, inclusive a escravidão.(p.47 segs.).

Caio Prado Júnior intencionalmente destaca o significado das revoltas que agitam a Regência e o início do Segundo Reinado, cuja importância política normalmente é negligenciada pelos historiadores.(p.58 segs.). Seguem-se as lutas políticas entre grupos burgueses "progressistas" e "conservadores", cujo eixo é sempre a questão do trabalho escravo e cujo desfecho é também o fim do Império.(p.80 segs.).

Pequeno e simples, **Evolução Política do Brasil** contém todavia o embrião daquele que viria a ser o mais importante trabalho de Caio Prado Júnior voltado para a explicação do país, **Formação do Brasil Contemporâneo**. O título do livro sugere observar que também para Caio Prado Júnior o conhecimento do passado tem por objetivo compreender o Brasil atual. Esta intenção é explicitada pelo próprio autor, quando diz que "para chegar a uma interpretação do Brasil de hoje, que é o que realmente interessa" buscou "aquele passado que parece longínquo, mas que ainda nos cerca de todos os lados", uma vez que:

*"os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos atrás. E é da solução de muitos deles, para que nem sempre atentamos devidamente, que depende a de outros em que hoje nos esforçamos inutilmente." (PRADO JÚNIOR, 1992:11-13).*

Esta diretriz se expressa até mesmo na peculiar composição do livro, que não é construído pela ordem cronológica como tantos outros, mas tem o seu fulcro no início do século XIX, considerado momento crucial para se compreender o Brasil de hoje e balanço final dos três séculos de colônia.(p.9). É como se, em retrospectiva a partir daquele instante, fosse montado um grande painel da vida colonial, mostrando a convergência em direção às transformações que daí em diante definiriam o Brasil contemporâneo.

Quase ao final do livro, ciente da dificuldade para explicar a aparente ilogicidade dos fatos, que se mostram dúbios e incertos, Caio Prado Júnior diz o seguinte:

*"é o movimento eterno da história, do homem e de todas as coisas, que não pára e não cessa, e de que nós, com os pobres instrumentos de compreensão e de expressão que possuímos, não apanhamos e sobretudo não podemos reproduzir senão uma parcela ínfima, cortes desajeitados numa realidade que não se define estática, e sim dinamicamente.(...) Para onde levará aquele processo confuso, complicado, oposto mesmo nos seus próprios*

*termos, como o mar encapelado em que as vagas se fazem e desfazem, convergem e divergem, rolam na mesma direção ou se entrecruzam, para dar afinal numa resultante única e comum que é o embate violento contra o penhasco ou a onda que se alastra e espreguiça pela areia?" (p.370).*

A imagem expressa, melhor do que tudo, o senso de dialética e de historicidade de Caio Prado Júnior. Por isso mesmo, e pelo rigor do método e volume de dados, **Formação do Brasil Contemporâneo** é um livro denso, exaustivo, sem concessões. Torna-se difícil fazer seu exame de forma sintética, pelo que vamos nos ater apenas a algumas das idéias principais. Segundo Octávio Ianni, a interpretação da formação brasileira feita por Caio Prado Júnior privilegia três processos históricos fundamentais para se compreender o Brasil atual: "o sentido da colonização, o peso do regime de trabalho escravo e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado". (IANNI, 1989:66).

"Sentido da colonização" é o título do capítulo de abertura do livro, justificadamente considerado antológico por diversos comentadores. Começa por afirmar que todo povo tem na sua evolução um certo sentido. Este sentido pode variar. Mas, os fatos essenciais de sua história, observados num largo período de tempo, permitem "alcançar o sentido daquela evolução, compreendê-la, explicá-la".(p.19-20). Quanto ao Brasil, Caio Prado Júnior conclui que a organização da nossa sociedade e da nossa economia se orientou essencialmente visando o atendimento de interesses externos.(p.32). Isto marca o sentido da evolução brasileira. Mais tarde, em outros textos do autor, esta visão estará nas posições acentuadamente nacionalistas que adotou.

Quanto à escravidão, Caio Prado Júnior mostra como ela foi o eixo articulador da vida colonial, prolongando-se como a grande característica da sociedade brasileira do século XIX, impregnando com sua presença a organização econômica, os padrões materiais e morais. Inicialmente, faz notar que a escravidão na modernidade é o renascimento de uma instituição que parecia abolida, referindo-se à escravidão da antiguidade, da qual difere essencialmente, primeiro por se tratar de um "recurso de oportunidade", um negócio apenas, o que acarreta graves consequências tanto para as metrópoles colonizadoras quanto para as nascentes colônias americanas; segundo, pelo desnível cultural entre senhores e escravos; terceiro, pelas diferenças raciais. (p.269 segs.).

Em seguida, Caio Prado Júnior recupera a conhecida frase de Alberto Torres sobre a escravidão ter sido uma das poucas coisas organizadas no país e, comparando com o setor da vida colonial onde havia trabalho livre, é tentado a generalizar: a servidão teria sido o único elemento real e sólido de organização da colônia. Acontece, diz ele, que a colônia era constituída

*"de um núcleo central organizado, cujo elemento central é a escravidão; e envolvendo esse núcleo, ou dispondo-se nos largos vácuos que nele se abrem, sofrendo-lhe mesmo, em*

*muitos casos, a influência da proximidade, uma nebulosa social incoerente e desconexa."(p.342).*

A escravidão, marcando a estrutura da colônia pela distância entre os extremos da escala social, abria um vazio onde se localizavam os desclassificados, inúteis, inadaptados, desocupados em geral, originando a observação *"le Brésil n'a pas de peuple"*, citada por Caio Prado Júnior ao falar da organização social do Brasil. (p.281). A frase, que ficou famosa, é de Louis Couty, em livro sobre a escravidão no Brasil. Já tinha sido utilizada por Sílvio Romero (1960:142) e o seria depois por muitos outros como, por exemplo, Guerreiro Ramos (1960:21).

O "desenvolvimento desigual e combinado" refere-se ao caráter cíclico da evolução econômica, "em que se assiste sucessivamente ao progresso e ao aniquilamento de cada uma e de todas as áreas povoadas e exploradas do país". Isto decorre do fato de a economia, voltada para o exterior, destinada a atender à demanda do comércio internacional, subordinar-se a tais objetivos, não tendo assim força própria e existência autônoma.(p.128). Com isto, diz Octávio Ianni:

*"o resultado, periodicamente alcançado e recriado, é uma vasta e surpreendente 'desarticulação'. O presente, em cada época, parece um mapa histórico, ou melhor, arqueológico, no qual se combinam vários pretéritos." (IANNI, 1989:71).*

Desta desarticulação da economia Caio Prado Júnior extrai uma análise que salienta os aspectos inorgânicos da sociedade e as consequências de tal característica na construção da nacionalidade. (p.345). Maria Odila Leite da Silva Dias, em ensaio dedicado a analisar este ponto da obra de Caio Prado Júnior, assinala:

*"o tema da nacionalidade, proposto como totalidade orgânica implicava deslindar as possibilidades de integração da massa da população no sistema produtivo do país. Dificuldade estrutural da sociedade brasileira, advinda do processo de colonização mercantil, decisivamente marcado por contingências materiais e sociais do meio geográfico, que lhe imprimiu características específicas."(DIAS, 1989:378).*

Não é difícil perceber como "sentido da colonização", "peso do trabalho escravo" e "evolução cíclica da economia", eixos fundamentais de **Formação do Brasil Contemporâneo**, se articulam e se desdobram em consequências na vida social, política e cultural do Brasil que emerge dos três séculos de formação colonial. A subordinação da economia a interesses alheios dá o sentido da colonização e provoca o desenvolvimento por ciclos. Estes, por sua vez, resultam no caráter inorgânico da sociedade, do qual a escravidão é o principal fator.



A estrutura assim montada apresenta uma grande capacidade de resistência à mudança, reproduzindo-se ao longo do tempo, criando o efeito de sobrevivência do passado, pela coexistência de diferentes épocas. A propósito deste efeito, Caio Prado Júnior, assíduo viajante, diz que uma viagem pelo Brasil é muitas vezes uma incursão pela história e lembra "um professor estrangeiro que invejava os historiadores brasileiros que podiam assistir pessoalmente às cenas mais vivas do seu passado".(p.12).<sup>5</sup>

Marco Aurélio Nogueira vale-se desta recordação de Caio Prado Júnior, tomada como ênfase sobre a capacidade de reprodução das velhas estruturas, para inserir o historiador na corrente de investigação que vê a formação da sociedade brasileira marcada pela tendência de se realizar sem rupturas "revolucionárias", sem a eliminação radical das relações sociais típicas de uma etapa de desenvolvimento já esgotada. O que se expressa no plano político pela recorrente conciliação entre as elites, frequentemente utilizando o Estado para bloquear a participação popular, impedindo qualquer tentativa de transformação de baixo para cima. (NOGUEIRA, 1989:79-80).

Este tema é extensamente examinado por Carlos Nélson Coutinho. (1990:167 segs.). Para este, se Caio Prado Júnior trata do passado tendo em vista investigar a gênese do presente, isto contém, ainda que implicitamente, a noção de transição ou de modernização. Ou seja, a explicação do modo pelo qual o Brasil passou da situação colonial para a atual configuração histórico-social. Ele observa que Caio Prado Júnior, apesar de certa hesitação, define a formação econômico-social da colônia como "mercantil-escravista" e identifica o Brasil republicano como plenamente capitalista. Não houve feudalismo e portanto não há restos feudais. Mas há o reconhecimento de traços peculiares ao capitalismo brasileiro, o que coloca a questão das "vias não-clássicas" de modernização, examinada por Lênin com o conceito de "via prussiana" e por Gramsci com o conceito de "revolução passiva", transformações "pelo alto" que implicam em mudança, mas também conservação. Por outro lado, a solução da "questão agrária" é central para a definição da via de transição para o capitalismo, mas pode não ser a única questão "nacional", sendo acompanhada pela questão da criação de um estado nacional unificado. Segundo Carlos Nélson Coutinho o que se passou no Brasil difere dos casos alemão e italiano:

*"a solução 'pelo alto' da questão do estado nacional unificado precede e condiciona a solução 'prussiana' da modernização agrária: conservando a grande exploração rural e o domínio político dos proprietários de terra e de escravos, a 'revolução passiva' que se inicia com a Independência e se consolida com o golpe da maioria prepara o desfecho 'prussiano' para a questão da adaptação da estrutura agrária ao capitalismo no plano interno, no momento em que se esgotam as potencialidades das relações escravistas de trabalho." (COUTINHO, 1990:178).*

Assim, em sua opinião, as análises de Caio Prado Júnior sobre a formação do Estado Nacional e a evolução agrária brasileira, ainda que ignorando a existência das categorias analíticas formuladas por Lênin e por Gramsci, inovam e lançam os fundamentos para uma adequada compreensão da via "não-clássica" de transição do Brasil para o capitalismo.

### CONCLUSÃO

Quando analisamos **Raízes do Brasil** mencionamos a crítica que se poderia fazer a Sérgio Buarque de Holanda por se ater a uma explicação superestrutural, desconhecendo as condições materiais da sociedade, e mostramos como esta objeção pode ser afastada. Sobre a obra de Caio Prado Júnior, o inverso poderia ser dito, isto é, que ele se prenderia mais aos fatores econômicos, ignorando a dimensão ideológica, mas aqui também a crítica não procede. Considerando os objetivos a que se propõem e as orientações teóricas e metodológicas por eles adotadas é compreensível que cada um dos autores privilegie determinada dimensão e, por isso mesmo, sobre ela obtenha melhores resultados. Nem por isso se pode dizer que a outra seja absolutamente desprezada.

Na verdade, os dois autores, como se disse, representam a abertura de uma nova linhagem no pensamento brasileiro e pode-se pensar que existe uma grande complementaridade entre as suas explicações da formação histórica do Brasil. Sérgio Buarque de Holanda não é o primeiro a citar Max Weber, mas detém a primazia de sua utilização sistemática para interpretar esta formação. Caio Prado Júnior não é o introdutor do pensamento marxista no país, mas é o primeiro a aplicá-lo metodicamente com aquele objetivo.

A "ética da aventura" complementa o "sentido da colonização". A cultura da contra-reforma alia-se à subordinação da economia aos interesses estranhos. Caio Prado Júnior observa que não é o trabalhador, o povoador, quem vem para o Brasil, mas o explorador, o empresário a quem só podia interessar um negócio de vulto, a grande exploração rural em que figura como senhor. Sérgio Buarque de Holanda fala em "incapacidade de livre e duradoura associação", Caio Prado Júnior refere-se a "ausência de nexos moral, no seu sentido amplo de conjunto de forças de aglutinação". Os motivos do desprezo ao trabalho, a explicação das raízes do nosso autoritarismo, a constatação da mistura entre o público e o privado, o diagnóstico da conciliação e das transformações "pelo alto", são alguns exemplos de temas comuns aos dois autores.

Para ambos, como se viu, o conhecimento do passado se justifica enquanto instrumento para compreensão do presente. Se um o faz pela via da esfera econômica e outro pela das mentalidades, o ponto em comum, o lugar de encontro, se dá na dimensão política: traçar o retrato do país tem um objetivo prioritariamente político. Melhor prova não se poderia encontrar que a questão da escravidão. Se, como diz Caio Prado Júnior, o trabalho servil foi o núcleo organizado que

determinou tudo o mais na vida colonial, não é de se estranhar que Sérgio Buarque de Holanda considere a Abolição como nossa única revolução efetiva.

Caio Prado Júnior encerra **Formação do Brasil Contemporâneo** mostrando como as idéias revolucionárias do liberalismo burguês estavam no lugar, aplicando-se perfeitamente às necessidades políticas de todos aqueles que no Brasil pretendiam alguma coisa; senhores de engenho contra negociantes, brasileiros contra portugueses, faltando apenas "escravos contra senhores". Ao final de **Raízes do Brasil**, Sérgio Buarque de Holanda observa que "o espírito não é força normativa, salvo onde pode servir à vida social e onde lhe corresponde".

Apontando a fecunda complementariedade entre nossos dois autores esperamos ter demonstrado como suas análises iluminam temas recorrentes que mais tarde seriam aprofundados por outros intérpretes do país. Por exemplo, o tema do autoritarismo por Raymundo Faoro (1987) e Simon Schwartzman (1988); a relação público-privado por Roberto DaMatta, com a imagem da casa e da rua (1983, 1987); o tema das transformações pelo alto por Carlos Néelson Coutinho (1990); as sucessivas recomposições na estrutura de poder que permitem a dominação burguesa, por Florestan Fernandes (1975); a cultura ornamental, por Luis Costa Lima (1981); as idéias fora do lugar, por Roberto Schwarz (1977).

Com isso, esperamos também ter ressaltado a pertinência de se voltar àquelas interpretações do Brasil em busca do que elas possam ter de esclarecedor e que possa auxiliar na compreensão das especificidades ou peculiaridades da formação social brasileira, ajudando, desse modo, a entender melhor as idiossincrasias, os dilemas, as perplexidades do Brasil de hoje. Há aqui um duplo movimento em direção ao passado: dos autores, que no momento da crise de modernização buscaram as raízes do Brasil contemporâneo e nosso, que agora, ainda em crise, voltamos a eles com o mesmo objetivo.

É claro que há nisso - na busca do passado para a compreensão do presente - os riscos de se cair num equívoco político e num perigo metodológico. O equívoco político seria a marca do pensamento conservador, que secretamente anseia uma impossível volta a um passado, suposto melhor e superior, como forma de encobrir a conveniente manutenção do *status quo* do presente. O perigo metodológico seria o de reificar uma espécie de caráter brasileiro, de um modo que induz à conclusão de que nossos males de hoje advêm de características psicológicas e históricas, situando-se pois no passado e, assim, não podendo ser modificadas, nos condenam a uma eterna e resignada estagnação. Aspecto que foi bem analisado por Dante Moreira Leite, em seu **Ideologia do Caráter Nacional** (LEITE, 1976 especialmente pgs. 302, 314, 328).

Mas, quando autores, como esses que foram lembrados, buscaram o passado, não incorriam no engano de tentar explicar o Brasil a partir da superestrutura, nem postulavam uma volta à tradição. Precupavam-se, sobretudo, com a solução dos problemas do presente. É inegável que hoje vivemos um momento de rupturas e mudanças, cujo impacto e velocidade são muito grandes, alterando radicalmente as relações sociais e requerendo novos modelos conceituais para sua apreensão, interpretação e compreensão. Mas talvez por isso mesmo, mais do que nunca, haja

a necessidade de referenciais que possam surgir de uma nova avaliação dos elementos de continuidade e permanência.

"Ter sido é uma condição para ser." - diz Fernand Braudel, ao afirmar que "a história nada mais é do que uma constante indagação dos tempos passados em nome dos problemas e curiosidades - ou mesmo das inquietações e das angústias - do tempo presente que nos cerca e assedia". (BRAUDEL, 1988:1) Ou, como diz Rouanet, evocando Benjamim, "não devemos hesitar em convocar o passado a depor, no processo que o futuro move contra o presente". (ROUANET, 1987:36).

## NOTAS

1. O nome de "era dos retratos" se justifica ainda pelo surgimento de obras de outros autores como, para citar apenas algumas, **Conceito de Civilização Brasileira** (1936) de Afonso Arinos de Melo Franco, **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional** (1939), de Nestor Duarte e **A Cultura Brasileira** (1943), de Fernando de Azevedo.
2. Para as ligações de Sérgio Buarque de Holanda com o modernismo ver Avelino Filho (1987). Merquior (1972:229) considera **Raízes do Brasil** "um produto característico da lucidez modernista".
3. No livro, Weber é mencionado também a propósito de "função política das cidades"(p.80 e 85), de "bacharelismo"(p.148) e da noção de "vocaçào" (*Beruf*) que, como se sabe, faz parte da análise weberiana sobre a influência da ética protestante na formação da mentalidade capitalista, e merece uma longa nota de Sérgio Buarque de Holanda.(p.146).
4. As referências a páginas remetem à edição citada de **Raízes do Brasil**, que segue o texto estabelecido na segunda edição (1947), "consideravelmente modificado" em relação à primeira, conforme palavras do autor.
5. O nome do professor não é revelado, mas a recordação de Caio Prado Júnior assemelha-se a conhecida observação no mesmo sentido feita por Roger Bastide em 1939 na **Révue Internationale de Sociologia** e comentada por Fernando de Azevedo. (AZEVEDO, 1956:391). Em **Brasil, Terra de Contrastes** a observação do fato é atribuída a Pedro Calmon. (BASTIDE, 1964:9). Essa coexistência de diferentes épocas no Brasil impressionou diferentes autores, como, por exemplo, Jacques Lambert e Guerreiro Ramos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mário Raul Moraes de. *Poesias Completas*. Martins, São Paulo, 1974.
- *Macunaíma. O Herói sem nenhum caráter*. Martins, São Paulo, 1978.
- *Obra Imatura*. Martins, São Paulo, Itatiaia, Belo Horizonte, 1980.
- ANDRADE, Oswald de. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- AVELINO FILHO, George. "As Raízes de Raízes do Brasil". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 18/33-41, 1987.
- AZEVEDO, Fernando de. "A Antropologia e a Sociologia no Brasil". in F.de Azevedo (org.), *As Ciências no Brasil*, Melhoramentos, São Paulo, 1956.
- *A Cultura Brasileira. Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1963.
- BASTIDE, Roger. *Brasil, Terra de Contrastes*. Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1964.
- BRAUDEL, Fernand. *O Espaço e a História no Mediterrâneo*. Trad. de Marina Appenzeller. Martins Fontes, São Paulo, 1988.
- CÂNDIDO, Antônio. Prefácio a S.B.Holanda, *Raízes do Brasil*. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1963.
- "O significado de Raízes do Brasil", in S.B.Holanda, *Raízes do Brasil*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1969.
- *A Educação pela Noite e outros ensaios*. Ática, São Paulo, 1987.
- COUTINHO, Carlos Nélson. *Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaio sobre idéias e formas*. Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1990.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma sociologia do dilema brasileiro*. Zahar, Rio de Janeiro, 1983.
- *A Casa e a Rua*. Guanabara, Rio de Janeiro, 1987.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Impasses do inorgânico", in M.A.D'Incao (org.), *História e Ideal*. Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, UNESP, 1989.
- DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. Nacional, São Paulo, 1965.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Globo, Rio de Janeiro, 1987.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Zahar, Rio de Janeiro, 1975.
- *A Sociologia no Brasil*. Vozes, Petrópolis, 1977.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Conceito de Civilização Brasileira*. Nacional, São Paulo, 1936.
- FREYRE, Gilberto de Mello. *Casa Grande e Senzala*. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1963.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1963.

- IANNI, Octavio. "A dialética da história", in M.A.D'Incao (org.), *História e Ideal*. Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, UNESP, 1989.
- *A Idéia de Brasil Moderno*. Brasiliense, São Paulo, 1992.
- LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro. História de uma Ideologia*. Pioneira, São Paulo, 1976.
- LIMA, Luis Costa. *Dispersa Demanda*. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1981.
- MERQUIOR, José Guilherme. *Saudades do Carnaval. Introdução à Crise da Cultura*. Forense, Rio de Janeiro, 1972.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A Brasilidade Modernista. Sua dimensão filosófica*. Graal, Rio de Janeiro, 1978.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. Ática, São Paulo, 1977.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. "Escravidão e sistema colonial", in M.A.D'Incao (org.), *História e Ideal*. Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, UNESP, 1989.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. Brasiliense, São Paulo, 1985..
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. Brasiliense, São Paulo, 1944.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. Brasiliense, São Paulo, 1980.
- *Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia*. Brasiliense, São Paulo, 1992.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *O Problema Nacional do Brasil*. Saga, Rio, 1960.
- ROMERO, Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos. *História da Literatura Brasileira*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1960.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As Razões do Iluminismo*. Companhia das Letras, São Paulo, 1987.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Campus, Rio de Janeiro, 1988.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. Duas Cidades, São Paulo, 1977.
- TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Record, Rio de Janeiro, 1987.

## RESUMÊ

Le Brésil d'aujourd'hui nous pose de nouvelles questions et impasses qui, d'une certaine façon, nous imposent un retour aux auteurs classiques. Pour le faire, nous utiliserons les oeuvres de Sérgio Buarque de Holanda et de Caio Prado Júnior. En suite, nous considerons la complémentarité de perspectives des deux auteurs.



*ABSTRACT*

Facing present Brazil's impasses and dilemmas, it seems useful a return to our classical authors. The first purpose of the article is to emphasize this fact through the analyses of Sérgio Buarque de Holanda's and Caio Prado Júnior's works. It also examines both authors' complementary approaches.

(Recebido para a publicação em junho de 1994)